

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras:

- ALEXY, Robert. Direito constitucional e direito ordinário – jurisdição constitucional e jurisdição especializada. In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo Discursivo*. Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- Antiterrorism and Effective Death Penalty Act. Disponível em: [http://uscode.house.gov/uscode-cgi/fastweb.exe?getdoc+useview+t26t28+3373+8++\(Antiterrorism%20and%20Effective%20Death%20Penalty\)](http://uscode.house.gov/uscode-cgi/fastweb.exe?getdoc+useview+t26t28+3373+8++(Antiterrorism%20and%20Effective%20Death%20Penalty)). Acessado em: 02.12.08.
- ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- BARBALHO, U. C., João. *Constituição Federal Brasileira*. Comentários. Rio de Janeiro: Typographia da Companhia Litho-Typographia, 1902.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. V. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- BARBOSA, Ruy. *A Constituição e os Actos Inconstitucionaes do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, s.d.
- BARBOSA, Ruy. *Commentarios á Constituição Federal Brasileira*. Colligidos e ordenados por Homero Pires. IV Volume. Arts. 55 a 62. Do Poder Judiciário. São Paulo: Saraiva & Cia., 1933.
- BENDA, Ernst und KLEIN, Eckart. *Verfassungsprozeßrecht*. 2. Auflage. Heidelberg: C. F. Müller Verlag, 2001.

- BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2007.
- BITTENCOURT, Lúcio C. A. *O contrôlo jurisdicional da constitucionalidade das leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Brasília: OAB Editora, 2006.
- BUZUID, Alfredo. *Da ação direta*. São Paulo: Saraiva, 1958.
- CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- CARDOZO, Benjamin N. *The Nature of the Judicial Process*. New York: Dover Publications, 1921.
- COOLEY, Thomas M. *Constitutional Limitations*. Birmingham: The Legal Classics Library, 1987.
- CORPUS JURIS SECUNDUM. A Complete Restatement of the Entire American Law. Vol. 16. New York: The American Law Book Company, 1956.
- COUTO E SILVA, Clóvis V. do. As idéias fundamentais da Constituição de 1891. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 18, nº 69, pág. 81-90, jan./mar. 1981.
- Die Verfassung des Deutschen Reichs vom 11. August 1919. Disponível em: <http://www.dhm.de/lemo/html/dokumente/verfassung/index.html>. Acessado em: 25.01.2010.
- ENTZERTH, Lyn S. *Reflections of fifteen years of Teague v. Lane retroactivity paradigm: a study of the persistence, the pervasiveness, and the perversity of the court's doctrine*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1031730>. Acessado em: 20.01.09.
- FABER, Daniel A.; Jr. Eskridge, William N.; Frickey, Philip P. *Cases and materials on Constitutional Law. Themes for the Constitution's third century*. St. Paul: West Publishing Co., 1993.
- FERRAZ Jr., Tercio Sampaio; CARRAZA, Roque Antonio; NERY JUNIOR, Nelson. *Efeito ex nunc e as decisões do STJ*. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
- FIELD, Oliver P. *The effect of an unconstitutional statute*. Washington: Beard Books, 1935.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y Método*. Volume I. Traduzido por Manuel Olasagasti. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2000.

- GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode*. Band 1. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1990.
- GARNER, Bryan A. *Black's Law Dictionary*. 8ª ed. St. Paul: Thomson West Publishing Company, 2007.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The federalist or, the new Constitution*. Oxford: Basil Blackwell, 1948.
- HECK, Luís Afonso. *Jurisdição constitucional e legislação pertinente no direito comparado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- HECK, Luís Afonso. *Jurisdição constitucional: teoria da nulidade versus teoria da nulificabilidade das leis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- HECK, Luís Afonso. O controle normativo no Direito Constitucional brasileiro. In: *Revista dos Tribunais*, n. 800, jun. 2002.
- HECK, Luís Afonso. O recurso constitucional na sistemática jurisdicional-constitucional alemã. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília: Senado Federal, ano 31, n. 124, pág. 130-131, 1994.
- HECK, Luís Afonso. *O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.
- HECKMANN, Dirk. *Geltungskraft und Geltungsverlust von Rechtsnormen*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1997.
- HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradutor: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1991.
- HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- HOLMES, Oliver Wendell. *The Common Law*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.
- HOLMES, Oliver W. The path of the law. In: BERRING, Robert C. *Great American Law Reviews*. Birmingham: The Legal Classics Library, 1984.
- IPSEN, Jörn. *Rechtsfolgen der Verfassungswidrigkeit von Norm und Einzelakt*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1980.
- Judiciary Act of 1789. Disponível em: [http://www.constitution.org/uslaw/judiciary\\_1789.htm](http://www.constitution.org/uslaw/judiciary_1789.htm). Acessado em: 22.10.2009.
- KELLY, Alfred H.; Harbison, Winfred A. *The American Constitution. Its Origins and Development*. New York: W. W. Norton & Company Inc., 1948.

- KELSEN, Hans. Judicial Review of Legislation: A Comparative Study of the Austrian and the American Constitution. *The Journal of Politics*. Nashville, Vol. 4, nº 2, p. 183-200, May 1942.
- KELSEN, Hans. *A garantia jurisdicional da Constituição (Exposições e debates na sessão de outubro de 1928 do Instituto Internacional de Direito Público)*. In: *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KELSEN, Hans. *Quem deve ser o guardião da Constituição?* In: *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KELSEN, Hans. *Reine Rechtslehre*. Wien: Franz Deuticke, 1983.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KELSEN, Hans. Wer soll der Hüter der Verfassung sein? *Die Justiz*, Berlin-Grünwald: Dr. Walther Rothschild, 1930-1931, Band VI.
- KELSEN, Hans. *Wesen und Entwicklung der Staatsgerichtsbarkeit*. Berlin und Leipzig: Walter de Gruyter & Co., 1929.
- KONRAD, Hesse. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- LEAL, Aurelino de Araújo. *História Constitucional do Brasil*. ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- LEHMAN, Jeffrey; PHELPS, Shirelle. *West's encyclopedia of American law*. 2 ed. Vol. 9. Detroit: Thomson Gale, 2005.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MAURER, Hartmut. *Contributos para o Direito do Estado*. Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MAURER, Hartmut. *Staatsrecht I*. 5 Auflage. München: Verlag C. H. Beck, 2007.
- MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira*. 5ª ed. Vol. II. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1954.
- MEADOR, Daniel John. *American Courts*. St. Paul: West Publishing, 1991.
- MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *A teoria das constituições rígidas*. 2 ed. São Paulo: Bushatsky, 1980.
- MENDES, Gilmar. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

- MENDES, Leonardo Castanho. *O recurso especial e o controle difuso de constitucionalidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 10 de novembro de 1937*. Tomo I. Artigos 1º-37. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti editores, 1938.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1946*. Vol II. Arts. 37-128. Rio de Janeiro: Livraria Boffoni, 1947.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967*. Tomo IV. Arts. 113-150, § 1º. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1967.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição Federal de 1967 com a Emenda Constitucional n. 1 de 1969*. Tomo IV. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1974.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Tomo VIII. São Paulo: Forense, 1975.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- NUNES, Castro. *A jornada revisionista*. Rio de Janeiro: Pap. Almeida Marques & C., 1924.
- NUNES, Castro. *Teoria e prática do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1943.
- PIÑEIRO, Eduardo Schenato. *Direito e moral em Robert Alexy: um estudo do caso dos guardas do Muro de Berlim*. 2007. Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- ROTUNDA, Ronald D.; NOWAK, John E. *Treatise on Constitutional Law. Substance and Procedure*. 3 ed. vol. 1. St. Paul: West Group, 1999.
- Rules of the Supreme Court of the United States. Disponível em: <http://www.supremecourtus.gov/ctrules/2007rulesofthecourt.pdf>. Acessado em: 17.08.2009.
- SCHÄFER, Gilberto. *Ação civil pública e controle de constitucionalidade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- SCHLAICH, Klaus und KORIOH, Stefan. *Das BundesVerfassungsgericht*. 7. Auflage. München: Verlag C. H. Beck, 2007.

- SCHMITT, Carl. *Der Hüter der Verfassung*. 4. Auflage. Berlin: Duncker & Humblot, 1996.
- SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição*. Tradução: Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- SCHMITT, Carl. *Verfassungslehre*. 7 Auflage. Unveränderter Nachdruck der 1928 erschienenen ersten Auflage. Berlin: Duncker & Humblot, 1989.
- SCHMITT, Rosane Heineck; PICCINI, Heloisa Tripoli Goulart. Parecer Coletivo nº 2/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Tribunal Pleno em 15.07.2009. Disponível em: [http://www.tce.rs.gov.br/Pareceres\\_ASC/Pareceres\\_de\\_2009/index.php](http://www.tce.rs.gov.br/Pareceres_ASC/Pareceres_de_2009/index.php). Acessado em: 14.10.2009.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SILVA, José Afonso da. *Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- SHANNON, Bradley Scott. The retroactive and prospective application of judicial decisions. *Harvard Journal of Law & Public Policy*. Cambridge, Vol. 26, Issue 3, pages 811-876, 2003.
- SOUTER, A. et al. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- STERN, Klaus. *Das Staatsrecht der Bundesrepublik Deutschland*. Band II. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1980.
- TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- THAYER, James B. The origin and scope of the American doctrine of constitutional law. In: BERRING, Robert C. *Great American Law Reviews*. Birmingham: The Legal Classics Library, 1984.
- TRIBE, Laurence H. *American Constitutional Law*. 3.ed. New York: Foundation Press, 2000.
- Übersicht über den Gerichtsaufbau in der Bundesrepublik Deutschland. Disponível em: <http://www.bmj.bund.de/files/1f3664e0291a3909cc5ba47520a1ef0d/978/Schaubild%20Gerichtsaufbau%20-%20deutsch.pdf>. Acessado em: 04.10.2009.
- United States Code. Disponível em: <http://codes.lp.findlaw.com/uscode>. Acessado em: 17.08.2009.

## **Decisões judiciais:**

### **Estados Unidos da América.**

UNITED STATES COURT OF APPEALS FOR THE SEVENTH CIRCUIT. Frank Teague, Petitioner-appellant, v. Michael Lane, Director, Department of Corrections, Andmichael O'leary, Warden, Respondents-appellees. Disponível em: <http://cases.justia.com/us-court-of-appeals/F2/820/832/115303/#fn5>. Acessado em: 30.11.08 (1987).

UNITED STATES COURT OF APPEALS FOR THE THIRD CIRCUIT. Beard, Secretary, Pennsylvania Department of Corrections, et al. v. Banks. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/542/406/case.html>. Acessado em: 06.12.08 (2004).

UNITED STATES SUPREME COURT. Bacchus Imports, Ltd. v. Dias. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/468/263/case.html>. Acessado em: 27.11.08, 468 U. S. 263 (1984).

UNITED STATES SUPREME COURT. Batson v. Kentucky. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/476/79/case.html>. Acessado em: 01.12.08, 476 U. S. 79 (1986).

UNITED STATES SUPREME COURT. Chevron Oil Co. v. Huson. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/404/97/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 404 U. S. 97 (1971).

UNITED STATES SUPREME COURT. Chicot County Drainage District v. Baxter State Bank. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/308/371/case.html>. Acessado em: 20.11.08, 308 U. S. 371, 374 (1940).

UNITED STATES SUPREME COURT. Davis v. Michigan Department of Treasury. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/489/803/case.html>. Acessado em: 28.01.09, 489 U. S. 803 (1989).

UNITED STATES SUPREME COURT. Desist v. United States. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/394/244/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 394 U. S. 244 (1969).

UNITED STATES SUPREME COURT. Gelpcke v. City of Dubuque. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/68/175/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 68 U. S. 175 (1863).

- UNITED STATES SUPREME COURT. Griffith v. Kentucky. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/479/314/case.html>. Acessado em: 24.11.08, 479 U. S. 314 (1987).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Harper et. al. v. Virginia Department of Taxation. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/509/86/case.html>. Acessado em: 07.12.08, 509 U.S. 86 (1993).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Hill v. Califórnia. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/401/797/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 401 U. S. 797 (1971).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Indianapolis & Louisville Ry. Co. v. Hackett. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/228/559/case.html>. Acessado em: 14.11.2008, 228 U.S. 559 (1913).
- UNITED STATES SUPREME COURT. James M. Beam Distilling Co v. Georgia. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/501/529/case.html>. Acessado em: 26/09/2009, 501 U. S. 529 (1991).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Johnson v. New Jersey. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/384/719/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 384 U. S. 719 (1966).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Kuhn v. Fairmont. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/215/349/case.html>. Acessado em: 20.11.08, 215 U. S. 349 (1910).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Linkletter v. Walker. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/381/618/case.html>. Acessado em: 17.01.2009, 381 U. S. 618 (1965).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Mackey v. United States. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/401/667/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 401 U. S. 667 (1971).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Marbury v. Madison. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/5/137/case.html>. Acessado em: 16.11.08, 5 U. S. 137 (1803).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Norton v. Shelby County. Disponível em: <http://vlex.com/vid/20064265#>. Acessado em: 10.01.09, 118 U. S. 425 (1886).
- UNITED STATES SUPREME COURT. Palko v. Connecticut. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/302/319/case.html>. Acessado em: 19.01.09, 302 U. S. 319 (1937).



- UNITED STATES SUPREME COURT. *Penry v. Lynaugh*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/492/302/case.html>. Acessado em: 02.12.08, 492 U. S. 340 (1989).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Rodrigue v. Aetna Casualty & Surety Co.* Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/395/352/case.html>. Acessado em: 28.01.09, 395 U. S. 352 (1969).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Stovall v. Denno*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/388/293/case.html>. Acessado em: 23.11.08, 388 U. S. 293 (1967).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Tegue v. Lane*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/489/288/case.html>. Acessado em: 17.01.09, 489 U. S. 288 (1989).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Tehan v. Shott*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/382/406/case.html>. Acessado em: 25.11.08, 382 U. S. 406 (1966).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Testa v. Katt*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/330/386/case.html>. Acessado em: 18.08.2009, 330 U. S. 386 (1947).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *Thompson v. Keohane*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/516/99/case.html>. Acessado em: 26.01.09, 516 U. S. 99 (1995).
- UNITED STATES SUPREME COURT. *United States v. Johnson*. Disponível em: <http://supreme.justia.com/us/457/537/case.html>. Acessado em: 24.11.08, 457 U. S. 537 (1981).

### **Alemanha**

- BVerfGE 1, 14. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv001014.html>. Acessado em: 02.06.2009.
- BVerfGE 19, 377. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv019377.html>. Acessado em: 26.07.09.
- BVerfGE 30, 1. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv030001.html>. Acessado em: 20.01.2010.
- BVerfGE 37, 217. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv037217.html>. Acessado em: 24.06.2009.
- BVerfGE 40, 88. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv040088.html>. Acessado em: 26.07.09.

- BVerfGE 61, 319. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/d-fr/bv061319.html>. Acessado em: 24.06.2009.
- BVerfGE 77, 84. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/d-fr/bv077084.html>. Acessado em: 02.06.2009.
- BVerfGE 84, 9. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/d-fr/bv084009.html>. Acessado em: 14.06.2009.
- BVerfGE 90, 263. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/d-fr/bv090263.html>. Acessado em: 24.06.2009.
- BVerfGE 96, 375. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/d-fr/bv096375.html>. Acessado em: 30.05.2009.
- BVerfGE 112, 268. Disponível em: [http://www.bundesverfas-sungs-gericht.de/entscheidungen/ls20050316\\_2bv1000700.html](http://www.bundesverfas-sungs-gericht.de/entscheidungen/ls20050316_2bv1000700.html). Acessado em: 02.06.2009.

## **Brasil**

- BRASIL. STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 91/Sergipe. Tribunal Pleno. Julgado em 21.09.1995.
- BRASIL. STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 209/Distrito Federal. Tribunal Pleno. Julgado em 20.05.1998.
- BRASIL. STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 508/Minas Gerais. Tribunal Pleno. Julgado em 12.02.2003.
- BRASIL. STF. Agravo de Instrumento nº 423.252/Rio de Janeiro. Decisão monocrática. Julgado em 20.03.2003.
- BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 161.126-1/ Ceará. Segunda Turma. Julgado em 08.09.1994.
- BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 168.149-8/Rio Grande do Sul. Segunda Turma. Julgado em 26.06.1995.
- BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 371.643-8/ Minas Gerais. Segunda Turma. Julgado em 18.06.2002.
- BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 417.014/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 18.12.2006.
- BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 434.628-3/ Santa Catarina. Primeira Turma. Julgado em 07.04.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 453.071-4/Rio de Janeiro. Julgado em 21.02.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 467.841/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 13.03.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 467.843-5/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.02.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 468.575-7/Rio Grande do Sul. Segunda Turma. Julgado em 15.02.2005.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 478.721/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.11.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 481.189/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 12.12.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 497.403/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 13.02.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 502.865-1/Rio de Janeiro. Primeira Turma. Julgado em 25.04.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 505.375-3/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 19.04.2005.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 506.323-1/Paraná. Segunda Turma. Julgado em 02.06.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 507.825-8/ Santa Catarina. Segunda Turma. Julgado em 14.10.2008.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 508.045/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 05.12.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 513.234/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 04.09.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 516.296/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 10.04.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 517.406/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.11.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 519.954-8/ São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 20.09.2005.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 531.013/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.11. 2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 557.237/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 18.09.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 560.305/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.11.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 571.391-1/Rio de Janeiro. Primeira Turma. Julgado em 23.06.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 591.311/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 21.11.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 616.654-1/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 13.11.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 638.361/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 19.06.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 650.000/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 04.09.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 653.882-7/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 03.06.2008.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 657.197-0/Rio Grande do Sul. Primeira Turma. Julgado em 26.06.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 657.551-2/Espírito Santo. Primeira Turma. Julgado em 28.10.2008.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 681.730/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 13.11.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 713.439-2/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 15.09.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 716.597-5/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 14.10.2008.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 722.719-5/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 16.09.2008.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 728.672-4/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 10.02.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 735.676-3/ Distrito Federal. Primeira Turma. Julgado em 15.09.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 747.684-8/São Paulo. Primeira Turma. Julgado em 25.08.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento no Recurso Extraordinário n. 145.589-7/Rio de Janeiro. Julgado em 02.09.1993.

BRASIL. STF. Agravo Regimental na Reclamação nº 2.475-0/Minas Gerais. Tribunal Pleno. Julgado em 02.08.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental na Reclamação nº 2.990-5/Rio Grande do Norte. Tribunal Pleno. Julgado em 16.08.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 167.787-3/Roraima. Primeira Turma. Julgado em 28.04.1995.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 353.508-1/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 15.05.2007.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 368.118/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 18.12.2006.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 547.707-0/São Paulo. Primeira Turma. Julgado em 08.09.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 566.907/São Paulo. Primeira Turma. Julgado em 22.09.2009.

BRASIL. STF. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 571.978-2/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 12.08.2008.

BRASIL. STF. Despacho na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.154/Distrito Federal. Decisão do relator. Julgado em 24.09.2001.

BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 716.294-7/Minas Gerais. Segunda Turma. Julgado em 31.03.2009.

BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 747.760-1/Paraná. Primeira Turma. Julgado em 09/06/2009.

BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 498.893-3/São Paulo. Min. Cezar Peluso. Segunda Turma. Julgado em 12.05.2009.

BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 231.705/Rio Grande do Norte. Segunda Turma. Julgado em 29.09.2009.

BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 490.875/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 18.12.2006.

- BRASIL. STF. Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 421.354/Rio de Janeiro. Segunda Turma. Julgado em 15.05.2007.
- BRASIL. STF. Embargos de Declaração na Reclamação nº 5.673-2/Minas Gerais. Tribunal Pleno. Julgado em 07.08.2008.
- BRASIL. STF. Habeas Corpus nº 82.959/São Paulo. Tribunal Pleno. Julgado em 23.02.2006.
- BRASIL. STF. Medida Cautelar na Reclamação nº 2.363/Pará. Decisão monocrática. Julgado em 25/06/2003.
- BRASIL. STF. Medida Cautelar na Reclamação nº 6.189/Mato Grosso do Sul. Decisão monocrática. Julgado em 23.09.2008.
- BRASIL. STF. Medida Cautelar na Reclamação nº 6.200/Rio Grande do Norte. Decisão monocrática do Presidente do STF. Julgado em 29.01.2009.
- BRASIL. STF. Medida Cautelar na Reclamação nº 7.048/Piauí. Decisão monocrática. Julgado em 01.04.2009.
- BRASIL. STF. Questão de Ordem em Agravo de Instrumento nº 664.567-2/ Rio Grande do Sul. Tribunal Pleno. Julgado em: 18.06.2007.
- BRASIL. STF. Questão de Ordem na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/ Distrito Federal. Tribunal Pleno. Julgado em 21.10.1993.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 447-3/Pernambuco. Decisão monocrática. Julgado em 16.02.1995.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 2.655/São Paulo. Decisão monocrática. Julgado em 18.10.2004.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 2.723/Paraná. Decisão monocrática. Julgado em 30.05.2005.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 3.025/Rio de Janeiro. Decisão monocrática. Julgado em 29.05.2008.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 4.175/São Paulo. Decisão monocrática. Julgado em 02.03.2006.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 4.335/Acre. Voto do relator. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/rcl4335gm.pdf>. Acessado em: 07.09.2011.
- BRASIL. STF. Reclamação nº 4.335/Acre. Voto-vista. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/rcl4335eg.pdf>. Acessado em: 07.09.2011.

BRASIL. STF. Reclamação nº 4.398/Rio Grande do Sul. Decisão monocrática. Julgado em 08.06.2006.

BRASIL. STF. Reclamação nº 5.159/São Paulo. Decisão monocrática. Julgado em 09.05.2007.

BRASIL. STF. Reclamação nº 5.335/Minas Gerais. Decisão monocrática. Julgado em 06.08.2007.

BRASIL. STF. Reclamação nº 5.509/Amapá. Decisão monocrática. Julgado em 11.09.2004.

BRASIL. STF. Reclamação nº 6.483/São Paulo. Relatora: Decisão monocrática. Julgado em 29.08.2008.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 78.594/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 07.06.1974.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 79.343/Bahia. Segunda Turma. Julgado em 31.05.1977.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 104.393/Goiás. Segunda Turma. Julgado em 13.12.1984.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 119.236-4/São Paulo. Segunda Turma. Julgado em 09.02.1993.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 122.202/Minas Gerais. Segunda Turma. Julgado em 10.08.1993.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 147.776/São Paulo. Primeira Turma. Julgado em 19.05.1998.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 191.454-8/São Paulo. Primeira Turma. Julgado em 08.06.1999.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 197.917/São Paulo. Tribunal Pleno. Julgado em 06.06.2002.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 221.795/São Paulo. Decisão monocrática. Julgado em 06.10.2000.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 228.844/São Paulo. Decisão monocrática. Julgado em 20.05.1999.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 229.096-0/Rio Grande do Sul. Tribunal Pleno. Julgado em 16.08.2007.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 266.397-2/Paraná. Primeira Turma. Julgado em 09.03.2004.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 345.048/Minas Gerais. Decisão monocrática. Julgado em 17.03.2003.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 353.657/Paraná. Tribunal Pleno. Julgado em 25.06.2007.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 364.160/Minas Gerais. Decisão monocrática. Julgado em 06.12.2002.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 384.521/Minas Gerais. Decisão monocrática. Julgado em 30.04.2003.

BRASIL. STF. Recurso extraordinário nº 424.993/Distrito Federal. Tribunal Pleno. Julgado em 12.09.2007.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 486.748-6 / Piauí. Primeira Turma. Julgado em 17.02.2009.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 556.664/Rio Grande do Sul. Tribunal Pleno. Julgado em 12 .06.2006.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário nº 575.144-9/Distrito Federal. Tribunal Pleno. Julgado em 11.12.2008.

BRASIL. STF. Informativo nº 463, de 16 a 20 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo463.htm>. Acessado em: 30.06.2010.